



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Gabinete da Procuradora-Geral da República*

## **Nota para a Comunicação Social**

### **Operação Marquês**

Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, alínea b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece que:

O diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal solicitou, em novembro, ao magistrado titular da designada “Operação Marquês” um relatório detalhado sobre a situação dos autos, designadamente sobre as diligências já realizadas e a realizar.

Esse relatório foi apresentado, na passada semana. Na sequência do mesmo, o diretor do DCIAP determinou que lhe seja entregue, nos próximos três meses, um novo memorando no qual seja indicado o prazo previsível para a emissão de despacho final no referido inquérito.

O diretor do DCIAP continuará a acompanhar a evolução da investigação através da realização de reuniões regulares com a equipa afeta ao inquérito.

Até à data, foram constituídos doze arguidos no âmbito deste inquérito, no qual se investigam suspeitas da prática de crimes de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

No âmbito deste inquérito já foram realizadas mais de uma centena de buscas, tendo sido ouvidas mais de seis dezenas de testemunhas. Algumas destas diligências tiveram lugar muito recentemente.

Foi também reunida uma extensa e complexa prova documental e digital, da qual fazem parte cerca mil e novecentos documentos em suporte de papel e mais de cinco milhões de ficheiros informáticos. Há quase duzentos apensos bancários anexos ao inquérito, a que correspondem mais de cento e trinta mil registos bancários. A documentação recolhida tem vindo a ser objeto de análise e sistematização, sendo que também se tem vindo a proceder à transcrição de meios de prova.

Esta investigação desenvolve-se também com recurso à cooperação judiciária internacional, sendo que a informação financeira mais relevante enviada pelas autoridades suíças, depois de junta aos autos, suscitou a necessidade de obtenção de suportes complementares, que implicam igualmente o recurso aos mecanismos da cooperação judiciária internacional.

O inquérito, conforme já foi reconhecido pelo Tribunal da Relação de Lisboa e pelo Tribunal Constitucional, é de excecional complexidade, havendo necessidade de relacionar toda a documentação apreendida – contabilidade, documentação, escutas telefónicas, contas bancárias – só assim sendo possível o Ministério Público cumprir a missão que a lei lhe atribui: realizar as diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a respectiva responsabilidade e recolher as provas, em ordem à decisão final.

O Ministério Público está vinculado, no âmbito das suas competências, aos princípios da legalidade e da estrita objetividade (artigo 53.º do Código de Processo Penal e artigos 1.º, 2.º n.º 2 e 3.º, n.º1 al. c do Estatuto do Ministério Público). Por isso, no âmbito do exercício da ação penal e enquanto titular do inquérito, está vinculado à obrigação de análise e apreciação objetiva de toda a prova recolhida com vista a uma decisão.

As investigações estão a cargo de uma equipa de magistrados do Ministério Público, da qual fazem parte quatro magistrados do DCIAP, um magistrado da Instância Central Criminal de Lisboa e dois magistrados da jurisdição administrativa.

O reforço de meios teve em consideração a especial complexidade dos autos bem como a grande repercussão social dos mesmos. Assim, impõe-se não só a intervenção de magistrados com experiência em diversas áreas do direito como, igualmente, de magistrados com experiência nas fases subsequentes do processo, de forma a permitir a análise da prova e dos indícios recolhidos na perspetiva de intervenção especializada, integrada, coordenada e articulada.

O Ministério Público é coadjuvado pela Autoridade Tributária, encontrando-se, neste momento, afetos à investigação dezasseis inspetores.

Lisboa, 23 de dezembro de 2015

O Gabinete de Imprensa